

# O poço pode não ter fundo

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO  
Consultor em estratégia

N a década de 1960, o músico e humorista Juca Chaves, em seus shows, contava uma história de dois irmãos, um pessimista e outro otimista. No Natal, seus pais resolveram presentear o pessimista com uma bicicleta supermoderna e o otimista, com uma lata de esterco. Ao receber a bicicleta, o pessimista começou a reclamar, bradando “vou levar tombo e me machucar, os trombadinhas vão querer me assaltar, que desgraça, que desgraça...”. Nisso, ele vê o irmão correndo com sua lata na mão e pergunta “e você, o que ganhou?”, recebendo como resposta “eu ganhei um cavalo! Você viu ele por aí?”.

Sou naturalmente otimista, como todo bom botafoguense, mas em algumas ocasiões bate forte a ideia de que o poço não tem fundo e as coisas sempre podem piorar como parecem indicar as discussões na Comissão Especial da PEC 125/2011 sobre a reforma eleitoral. É indiscutível que o sistema político-eleitoral brasileiro apresenta um conjunto de imperfeições. Os partidos políticos, em sua maioria, tornaram-se espaços para realização de negociações e negociatas utilizando-se dos milhões de reais dos fundos partidário e eleitoral à disposição de seus dirigentes.

Sempre é importante ressaltar que temos 33 partidos registrados no Brasil e — pasmem — há 78 pedidos de criação de novas agremiações tramitando no TSE! Tal situação provoca um misto de revolta e frustração na maioria da sociedade que se manifesta de várias formas. Desde os altos índices de abstenção, nulos e brancos nas eleições até a conhecida prática de compra e venda de votos.

Por outro lado, diversas pesquisas revelam que a maioria das pessoas não se recorda em quem votou para os cargos legislativos nos âmbitos federal, estadual e municipal. Ou seja, mesmo exercendo esse fundamental direito presente nos regimes democráticos, parcela considerável da população não valoriza o atual sistema eleitoral.

Por isso, é louvável e muito importante que se busque maneiras de aprimorá-lo, tomando-se por base a premissa de que a composição de nossos parlamentos reflita o desejo da maioria do eleitorado e a pluralidade da nossa sociedade. Nesse sentido, cabe ressaltar que, em 2015, o Congresso Nacional aprovou medidas importantes, destacando-se a proibição de coligações nas eleições legislativas e a cláusula de desempenho, popularmente conhecida como “cláusula de barreira”.

Entretanto, é comum vermos iniciativas tomadas em nome de eventuais melhorias acabarem por provocar retrocessos. É o que está em curso na referida Comissão Espe-



cial. Com o aval do presidente da Câmara, Arthur Lira, utilizaram uma PEC de 2011, que versava exclusivamente sobre eleições em datas próximas a feriados, como caminho para promover uma série de alterações na legislação eleitoral.

E qual é a grande mudança proposta? Substitui-se o sistema proporcional, criando o “distritão”, um monstro que só existe em quatro países: Ilhas Pitcairn, Vanuatu, Jordânia e Afeganistão. Para as pessoas mais desavisadas, esse nome gera confusão e deturpa o conceito de um modelo conhecido e praticado em diversas democracias ocidentais, o voto distrital.

Pelo “distritão”, em cada estado e no DF serão eleitos os candidatos mais votados, independentemente de filiação partidária. Muita gente pode apoiar a ideia como resposta às falhas do nosso sistema, fortemente marcado pelo personalismo e pela baixa representatividade dos partidos. Porém, nessa proposta é indiscutível que tais características serão exacerbadas. Afinal, quem terá mais chances de se eleger? Um novato ou al-

guém no exercício do mandato?

Outra consequência danosa diz respeito ao chamado presidencialismo de coalizão, expressão cunhada por Sérgio Abranches para explicar como se dá a governança em nosso país. Para entendermos melhor, hoje temos 25 partidos representados na Câmara Federal, um quadro de enorme dispersão que dificulta as necessárias articulações entre Executivo e Legislativo.

Pois bem, caso seja aprovado o “distritão”, cada parlamentar passará a atuar com base exclusivamente em seus interesses. Afinal, terão sido eleitos independentemente de vínculo com programas ou propostas partidárias. Na prática, passaremos a ter o equivalente a 513 partidos na Câmara de Deputados.

Dá para imaginar como se darão as articulações do Poder Executivo com o Legislativo nos momentos em que precisar aprovar matérias de seu interesse. Será que vai aumentar ou diminuir o espaço para negociatas e orçamentos secretos? Quem acredita e defende a democracia representativa precisa se mobilizar para impedir esse grande retrocesso.

## Fontes renováveis, protagonismo que vem do Sul

» LUIZ FERNANDO SCHEIBE

Geólogo, professor titular emérito e voluntário junto aos programas de pós-graduação em geografia e interdisciplinar em ciências humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É coordenador do Projeto Rede Guarani/Serra Geral em SC

*Somos gratos à contribuição do carvão para a economia, mas é tempo de olhar o futuro e redirecionar políticas públicas, investimentos e qualificações.*

Santa Catarina tem todos os predados para liderar a transição energética brasileira para uma economia de baixo carbono. Sua dinâmica industrial e agrícola, condições climáticas, técnicas e locais adequados e uma conjuntura mundial favorável lhe abrem uma oportunidade ímpar de definir seu futuro por meio da difusão, por todo o seu território, de fontes de energia renovável.

Com a atração de investimentos para a descarbonização da economia, o estado poderá inverter sua posição desconfortável dentre os maiores emissores de gases de efeito estufa do país para um dos protagonistas das fontes limpas. Além dos benefícios ambientais, essa transformação vai gerar maior arrecadação de impostos e mais empregos qualificados em todas as suas regiões.

É inegável que as termelétricas a carvão cumpriram um importante papel na superação de sucessivas crises no século 20, especialmente pelo aproveitamento do carvão vapor resultante da seleção da pequena parcela aproveitável (5%) nos altos fornos das siderúrgicas brasileiras. As usinas também foram importantes para garantir a geração energética em períodos de forte estiagem.

Hoje, porém, os Planos Decenais de Energia, publicados pela Empresa de Pes-

quisa Energética (EPE), já vêm indicando o descomissionamento das térmicas a carvão a partir de 2026. Além disso, os subsídios da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), essenciais para a operação integral do Complexo Jorge Lacerda, têm data marcada para acabar: 2027.

As térmicas a carvão custam em torno de R\$ 1 bilhão por ano para os consumidores de energia de todo o Brasil. Esses recursos ou parte deles seriam suficientes para desenvolver, em Santa Catarina, um programa robusto de transição energética visando a descarbonização, com participação de todos os setores envolvidos na atual geração energética, incluindo a qualificação para novas ocupações e a reinserção laboral dos trabalhadores de toda a cadeia da indústria carvoeira.

Mais, Santa Catarina tem vocação para assumir posição de destaque em energia renovável, especialmente graças à estrutura de transmissão e distribuição já existente. Mas, para isso, é preciso uma política estadual usada, com um plano de transição energética justa e inclusiva, criação de fundo financeiro para essas ações, como qualificação profissional, reordenamento jurídico e apoio a prefeituras na condução de planos energéticos municipais de fomento às fontes renováveis e a seu promissor mercado. Isso leva tempo e custa dinheiro.

Mas é preciso começar imediatamente: é no presente que podemos construir um melhor futuro para todos os catarinenses, e não é racional esperar para agir depois

que se esgotem todos os prazos. Nesse contexto, a providência mais viável é encaminhar o descomissionamento da Jorge Lacerda e canalizar parte dos atuais recursos da Conta de Desenvolvimento Energético do carvão para um Plano de Transição Energética Estadual. Havendo um indicativo do estado de que está de fato comprometido com o clima, há diversos fundos internacionais — inclusive com recursos a fundo perdido — interessados e disponíveis para apoiar essa agenda de descarbonização de Santa Catarina.

No alvorecer do século 20, a equipe técnica da Comissão de Estudos das Minas de Carvão, criada pelo governo brasileiro, identificou a potencialidade e, especialmente, os limites das jazidas nacionais. Mas não foi por isso que seu chefe, o geólogo Israel Charles White, tornou-se mundialmente conhecido — e sim por aproveitar a oportunidade da abertura da Estrada Nova do Rio do Rastro para descrever a sequência estratigráfica das rochas sedimentares de origem gondwânica — a *Coluna White* —, pavimentando o caminho para a consagração, anos mais tarde, da revolucionária teoria da Tectônica de Placas.

Hoje, de certa forma, a história se repete e o setor carbonífero nos traz mais uma oportunidade revolucionária: a de uma transição justa e inclusiva pela descarbonização, para termos um século 21 aproveitando os recursos naturais que propiciem o “bem viver”, a qualidade de vida para todos, com mais saúde, emprego, educação e acesso a fontes energéticas menos poluentes.

## Um futuro que, infelizmente, chegou

Quando decidiu pela mudança da capital, no final dos anos 1950, Juscelino Kubitschek, seguindo os passos de José Bonifácio e, posteriormente da Missão Cruls, não fazia a mínima ideia de que era o interior do país, nomeado Planalto Central, e onde deveria ser fixada a nova capital, era em sua totalidade formado pelo mais delicado e sensível bioma de todo o continente. E, mais ainda, era nessa região que se formavam as principais bacias hidrográficas do país, responsáveis pela maior parte do abastecimento de água do Brasil, e reconhecida, hoje, como Berço das Águas ou caixa d’água do Brasil.

Das oito bacias hidrográficas do país, a região é responsável pelo abastecimento de nada menos do que seis bacias, ou seja, sua importância, num mundo que parece caminhar para a escassez de água, é vital para os brasileiros. Obviamente, naqueles tempos, não havia a discussão de temas ambientais nem, tampouco, preocupação com o fim dos recursos naturais. Eram tempos de otimismo e de apelo exacerbadas sua existência naquele ambiente, o apelo pelo progresso era mais intenso e decisivo do que tudo. Hoje, é possível reconhecer que foi justamente graças ao total desconhecimento de questões relativas ao meio ambiente e, mais especificamente, ao Cerrado, considerado hoje como o segundo maior bioma brasileiro em tamanho, sendo também a mais rica savana do mundo em biodiversidade, é que foi possível estabelecer a capital nesta região.

A movimentação de centenas de milhões de metros cúbicos de terra, nos processos de terraplanagem, a abertura de estradas, vias e infinitas obras de infraestrutura para o estabelecimento daquela que seria a mais moderna capital do país, fez desaparecer, num curto espaço de tempo, toda a vegetação que havia nas áreas de construção de Brasília, com o assoreamento de diversos córregos e veios de água e de nascentes.

Com essa “limpeza” do canteiro de obras, muitas espécies de animais, também foram mortas ou rumaram para outras áreas. Comum naquela época era considerar as áreas ocupadas pela vegetação nativa como campos feios e sujos e, por isso mesmo, passíveis de uma limpeza ou substituição daquelas espécies por outras mais vistosas do ponto de vista de um paisagismo artificial e importado de outras regiões.

O avião de Brasília, representado pelo desenho urbano e revolucionário de Lucio Costa, ao pousar no coração do Planalto Central, trouxe para esse sítio, além do progresso que desejavam os políticos e estrategistas daquele período, uma intensa e paulatina interferência em todo o bioma da região, num processo que foi se intensificando ao longo dos anos, conforme era consolidada a nova capital, com a ocupação de áreas sensíveis ecologicamente.

Todo esse processo de ocupação ganhou ainda mais intensidade com o passar dos anos, sendo enormemente acelerado a partir da emancipação política da capital, quando o Distrito Federal foi, de certa forma, abduzido pela esperteza de políticos locais, com a ajuda de empreiteiros gananciosos, formando uma turma que tem cuidado, nas últimas décadas, de dilapidar o restante do patrimônio ecológico do quadrilátero da capital, sob a égide ainda de um progresso que nada mais é do que o avanço perpétuo da poeira.

Toda essa situação ganhou ainda mais impulso com florescimento intenso do agrobusiness que, ao expandir sua produção de monoculturas pelos campos cerrados, literalmente, vem devastando todo o bioma em torno da capital, para a produção de transgênicos destinados à exportação, com largo emprego de pesticidas e outros venenos, muitos deles proibidos no exterior, contaminando o solo e a água desta caixa d’água do país cada vez mais seca.

O que se vê hoje em torno da capital, que se pretendia exemplo para todo o mundo, é a desolação de descampados, com rios de pouca vazão, emoldurados pelo fogo, que nas épocas de seca, tornam essa uma região que arde e que vai sendo coberta pelo pó e pela fumaça, o retrato acabado de um futuro que infelizmente chegou.

### »» A frase que foi pronunciada

“As trevas não podem expulsar as trevas: só a luz pode fazer isso. O ódio não pode expulsar o ódio: só o amor pode fazer isso.”

Martin Luther King

### De olho

» *Jornal Contábil* chama a atenção dos cardiopatas. O Instituto de Previdência Social atende pessoas nessa situação de saúde com auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou até Benefício de Prestação Continuada. No *Blog do Ari Cunha*, a matéria completa.

### Sallbo

» Imagine uma casa de repouso, onde jovens, que precisam de moradia, compartilham o espaço com idosos deixados lá pela família. Tudo começou na Suécia, e está cada vez mais popular. Compartilhar o espaço foi além das expectativas. Ao assinar o contrato tanto idosos quanto jovens se comprometem a socializar por pelo menos duas horas por dia. O sucesso é tão grande que, muitas vezes, se esquecem da hora.

### »» História de Brasília

O PSD de Pernambuco está brigando com o PTB por causa de um cargo e, como bode expiatório, surge o nome de Alfredo Ramos Guarda Mot, da *Alfândega do Recife*. *Noticiário pré-moldado foi distribuído a toda a imprensa. (Publicado em 4/2/1962)*